

CPI da Íris ouve empresa sobre coleta de dados biométricos

Debate tratou de riscos à privacidade, modelo de negócios e uso de informações

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Íris da Câmara Municipal de São Paulo realizou, nesta terça-feira (10), uma nova rodada de depoimentos para discutir a coleta de dados biométricos de moradores de SP por meio do escaneamento da íris. A investigação busca apurar a atuação da empresa Tools for Humanity, que promoveu o procedimento oferecendo incentivos financeiros aos participantes.

Durante a reunião foram ouvidas duas convidadas: uma especialista em segurança da informação e legislação de proteção de dados e a líder de políticas públicas da empresa no Brasil. Entre os temas discutidos estiveram os riscos associados ao armazenamento de dados biométricos, as garantias de proteção dessas informações, o funcionamento do sistema utilizado pela companhia e o modelo econômico do projeto.

A especialista destacou que dados biométricos, como reconhecimento facial e leitura da íris, são classificados pela legislação brasileira como informações sensíveis. Por isso, o tratamento e o armazenamento desses dados exigem níveis mais rigorosos de segurança e transparência. A legislação de proteção de dados prevê regras específicas para o uso dessas informações e estabelece obrigações para empresas que realizam esse tipo de coleta.

Outro ponto abordado durante a audiência foi a transferência internacional dessas informações. De acordo com a análise apresentada,



Apuração é sobre a empresa Tools for Humanity, que oferecendo dinheiro aos participantes

quando dados pessoais são enviados para servidores ou entidades localizadas fora do país, é necessário que existam garantias jurídicas compatíveis com a legislação brasileira. Uma das possibilidades previstas em lei é o reconhecimento de que o país de destino possui normas equivalentes de proteção de dados. Caso isso não ocorra, outras salvaguardas precisam ser adotadas, como cláusulas contratuais específicas entre todas as instituições envolvidas.

Também foi discutida a forma como os dados captados pela empresa são tratados após o esca-

neamento. Segundo a especialista, investigações conduzidas por autoridades europeias analisaram o funcionamento do sistema utilizado para transformar a imagem da íris em um código digital. Estudos na Alemanha apontaram que esses códigos são fragmentados e armazenados em servidores diferentes, administrados por instituições responsáveis por guardar informações.

Apesar desse modelo de armazenamento, as análises indicaram que essas entidades estariam vinculadas à organização responsável pelo projeto, o que poderia permitir a

recomposição do código completo caso os fragmentos fossem reunidos novamente. A avaliação apresentada durante a reunião destacou que essa possibilidade levanta questionamentos sobre o grau real de anonimização prometido no processo.

Outro aspecto abordado foi a forma como as informações são apresentadas aos participantes do procedimento. De acordo com a especialista, a legislação estabelece que a coleta de dados pessoais deve ser acompanhada de explicações claras sobre a finalidade do uso das informações e sobre o que ocorrerá

após o armazenamento. A ausência de esclarecimentos completos pode comprometer o entendimento do cidadão sobre o processo e o consentimento dado para a coleta.

Na sequência, a representante da Tools for Humanity apresentou esclarecimentos sobre o funcionamento das operações da empresa. Ela explicou que os operadores responsáveis pelos equipamentos de escaneamento atuam mediante contratos de prestação de serviços. A remuneração pode considerar diferentes critérios, incluindo indicadores de qualidade no atendimento.

Questionada sobre o modelo de negócios do projeto, a representante afirmou que a empresa ainda está em fase de expansão global e não registra lucro atualmente. Segundo ela, o objetivo principal neste momento é ampliar a rede de usuários e consolidar a tecnologia desenvolvida pela companhia.

A expectativa, de acordo com a explicação apresentada, é que no futuro a ferramenta possa ser utilizada por empresas interessadas em sistemas capazes de diferenciar usuários humanos de robôs na internet.

A representante também afirmou que os participantes não pagam para realizar o escaneamento da íris. Durante o encontro, ainda foram mencionadas discussões regulatórias envolvendo o projeto em alguns países europeus. Após as oitivas, a presidência da CPI avaliou que os depoimentos contribuíram para ampliar o debate.

CPI da HIS ouve Airbnb e QuintoAndar na Câmara

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a produção e a comercialização de Habitação de Interesse Social (HIS) na cidade de São Paulo ouviu, nesta terça-feira (10), representantes das empresas Airbnb e QuintoAndar. O colegiado apura possíveis irregularidades envolvendo imóveis destinados à moradia popular.

Também estava prevista a participação de um representante da Booking.com, mas a empresa informou por ofício que não poderia comparecer e solicitou o reagendamento da oitiva para o dia 24/03.

Durante a reunião, a líder de relações institucionais do Airbnb no Brasil, Carla Bueno Comarella, afirmou que a plataforma enfrenta dificuldades para identificar se um imóvel anunciado pertence a programas de habitação social. Segundo ela, a empresa depende de informações oficiais do poder público



Grupo apura possíveis irregularidades com imóveis populares

para verificar possíveis irregularidades. A executiva afirmou ainda que, caso a Prefeitura apresente uma lista de unidades classificadas como HIS que estejam sendo anunciadas, os anúncios podem ser removidos.

A diretora do QuintoAndar, Fernanda Pascale, destacou desa-

fios na identificação desse tipo de imóvel no mercado. Ela diz que a empresa atua como intermediadora nas transações e exige que os donos informem características do imóvel ao anunciar. Quando há indicação de se tratar de habitação social, cláusulas específicas são incluídas.

Congonhas: Aena vai ampliar área de apps

Mudanças operacionais estão previstas para o bolsão de espera de veículos por aplicativo no Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo. A concessionária Aena informou que pretende alterar o acesso ao espaço e ampliar a quantidade de vagas com o objetivo de reduzir congestionamentos registrados no entorno do terminal. De acordo com a empresa, a entrada para o bolsão deverá ser transferida para uma área próxima ao edifício-garagem do aeroporto. A alteração reorganiza o fluxo de veículos que chegam ao local para aguardar chamadas de passageiros. A concessionária também anunciou a ampliação da capacidade do estacionamento destinado aos motoristas de aplicativo.

Hoje o espaço comporta cerca de 140 veículos. Com a mudança, a capacidade deve passar para aproximadamente 250 vagas. A medida pretende aumentar a ro-

tatividade e evitar filas de carros aguardando acesso ao bolsão.

Segundo a concessionária, o uso do espaço continuará restrito a motoristas que comprovarem participação na fila virtual das plataformas de transporte, para reduzir a circulação de veículos sem corrida confirmada e organizar a entrada no estacionamento.

O aumento do número de vagas e a reorganização do acesso fazem parte de ações voltadas a melhorar o fluxo viário nas imediações do aeroporto. Nos últimos meses, motoristas e passageiros relataram congestionamentos frequentes em vias próximas, como a Avenida Washington Luís e o Túnel Paulo Autran.

A concessionária afirma que as mudanças devem ser implementadas nos próximos dias e que a expectativa é reduzir a formação de filas na entrada do bolsão, além de diminuir impactos no trânsito.